

LEI Nº 2.329, DE 30 DE JUNHO DE 1997

Revogada pela Lei nº. 3.787/2023

**~~INSTITUI O CÓDIGO SANITÁRIO DO
MUNICÍPIO DE ALEGRE, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.~~**

~~Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, aprovou, e eu~~
~~**PREFEITO MUNICIPAL** de Alegre, sanciono a seguinte Lei:~~

**~~PARTE I
DISPOSIÇÕES GERAIS~~**

~~**Art. 1º.** Todos os assuntos relacionados com a saúde pública na área do Município de Alegre ES, serão regidos pelas disposições contidas neste Código Sanitário e na regulamentação complementar a ser posteriormente baixada pela Prefeitura Municipal de Alegre/ES, obedecidas em qualquer caso, as legislações estaduais e federais vigentes.~~

~~**Art. 2º.** Constitui dever da Prefeitura zelar pelas condições sanitárias em todo o território do Município, assistindo-lhe o dever de atuar no controle de endemias, surtos, bem como, participar de campanhas de saúde pública, em perfeita consonância com as normas federais e estaduais.~~

~~**Art. 3º.** Sem prejuízo de outras atribuições a si conferidas compete à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento:~~

- ~~a exercer o poder de Polícia Sanitária do Município;~~
- ~~b promover, orientar e coordenar estudos de interesse da Saúde Pública.~~

~~**Art. 4º.** Fica o Município autorizado a celebrar convênios com órgãos federais, estaduais e municipais, visando melhor cumprimento desta Lei.~~

**~~PARTE II
PROTEÇÃO DA SAÚDE~~**

~~**Art. 5º** Para efeito desta Lei, as atividades necessárias à proteção da saúde da comunidade compreenderão basicamente:~~

- ~~a controle de água;~~
- ~~b controle do sistema de eliminação de dejetos; c controle do lixo;~~
- ~~d outros problemas relacionados com o saneamento do meio ambiente; e~~
~~higiene da habitação e dos logradouros públicos;~~
- ~~f higiene dos estabelecimentos que, direta ou indiretamente, lidem com~~
~~alimentos;~~
- ~~g higiene do trabalho;~~
- ~~h combate aos insetos, roedores e outros animais de importância sanitária;~~
- ~~i prevenção de doenças evitáveis e de outros agravos à saúde.~~

~~**Parágrafo único.** A Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, com base nesta Lei e em sua regulamentação, elaborará Normas Técnicas Especiais dispondo sobre a proteção da saúde da comunidade.~~

TÍTULO I

SANEAMENTO

~~**Art. 6º**— A promoção de medidas visando ao saneamento constitui dever do Poder Público, da Família e do Indivíduo.~~

~~**Parágrafo único.** Os serviços de saneamento, tais como os de abastecimento de água, remoção de resíduos e outros, destinados à manutenção da saúde do meio, atribuídos ou não à administração pública, ficarão sempre sujeitos à supervisão e às normas aprovadas pelas autoridades sanitárias.~~

~~**Art. 7º.** É obrigatória a ligação de toda construção considerada habitável, à rede pública de abastecimento de água e aos coletores públicos de esgoto, sempre que existente.~~

~~**§1º.** Quando não existirem rede pública de abastecimento de água ou coletores de esgoto, a Secretaria Municipal de Saúde e saneamento indicará as medidas a serem executadas.~~

~~**§2º.** Constitui obrigação do proprietário do imóvel, a execução de instalações domiciliares adequadas de água potável e de remoção de esgoto, cabendo ao ocupante do imóvel zelar pela necessária conservação.~~

~~**§3º.** A Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento é competente para fiscalizar o cumprimento do disposto no parágrafo antecedente.~~

~~**Art. 8º.** A Prefeitura Municipal de Alegre promoverá a execução das obras de abastecimento de água, de construção de sistemas adequados para remoção racional de dejetos e de lixo.~~

CAPÍTULO I

ÁGUA

~~**Art. 9º.** Compete ao órgão de Administração do abastecimento de água o exame periódico das suas redes e demais instalações, com o objetivo de constatar a possível existência de condições que possam prejudicar a saúde da comunidade.~~

~~**Parágrafo único.** O órgão responsável pelo funcionamento e manutenção das redes de abastecimento de água do Município facilitará o trabalho da autoridade sanitária no que lhe competir.~~

~~**Art. 10.** O controle sanitário das piscinas e de outros locais de banho ou natação far-se-á de acordo com a regulamentação desta Lei.~~

~~**Art. 11.** Para a construção, reparação ou modificação de qualquer obra pública ou privada, destinada ao aproveitamento ou tratamento de água de uma comunidade, deverá ser solicitada e obtida previamente da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento a permissão correspondente.~~

~~**Art. 12.** A Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, para controlar todo o abastecimento de água potável, terá acesso a qualquer local, "no momento em que se fizer necessário.~~

CAPÍTULO II

DEJETOS

Art. 13. ~~Compete ao Órgão de Administração das redes de esgoto e de águas pluviais o exame periódico das suas instalações, com o objetivo de constatar a possível existência de condições que possam prejudicar a saúde da comunidade.~~

Parágrafo único. ~~São aplicáveis ao órgão mencionado no "caput" deste artigo as normas contidas nos Art. 9º, 11 e 12 deste Código.~~

TÍTULO II

LIXO

Art. 14. ~~Processar-se-ão em condições que não afetam a estética, nem tragam malefícios ou inconveniente à saúde e ao bem-estar coletivo ou do indivíduo, a coleta, a remoção e o destino do lixo.~~

Parágrafo único. ~~Será previsto em regulamento o modo pelo qual será efetuado a coleta, transporte e destino final do lixo.~~

TÍTULO III

HABITAÇÃO

Art. 15. ~~As habitações, os terrenos não edificados e construções em geral obedecerão aos requisitos mínimos de higiene indispensáveis à proteção de saúde.~~

Art. 16. ~~Os lotes e terrenos baldios localizados no perímetro urbano da sede e nos Distritos deverão ser mantidos em perfeitas condições sanitárias, sendo terminantemente proibido o acúmulo de lixo e vegetação, sendo permitido o cultivo de hortifruticultura, bem como arborização, preferencialmente com árvores frutíferas.~~

Parágrafo único. ~~Nos casos de terrenos murados ou cercados, o proprietário permitirá o livre acesso da fiscalização, sempre que necessário.~~

TÍTULO IV

ALIMENTOS

CAPÍTULO I

GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Art. 17. ~~A ação fiscalizadora da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento será exercida sobre os alimentos, o pessoal que lida com os mesmos, sobre os locais e instalações onde se fabrique, produza, beneficie, manipule, acondicione, conserve, deposite, armazene, transporte, distribua, venda ou consuma alimentos.~~

Parágrafo único. ~~A autoridade sanitária, nas enfermidades transmitidas por alimentos, poderá exigir e executar investigações, inquéritos e levantamentos epidemiológicos, junto a indivíduos e a grupos populacionais determinados, sempre que julgar oportuna, visando a proteção da saúde pública.~~

Art. 18. ~~Os gêneros alimentícios que sofrem processo de acondicionamento ou industrialização, antes de serem dados ao consumo, ficam sujeitos a registro em órgão oficial e/ou exame prévio, análise fiscal e análise de controle.~~

~~**Art. 19.** Em todas as fases de processamento, desde as fontes de produção até o consumidor, o alimento deve estar livre e protegido de contaminação física, química e biológica, proveniente do homem, dos animais e do meio ambiente.~~

~~**§1º.** Os produtos, substâncias, insumos ou outros devem ser oriundos de fontes aprovadas ou autorizadas pela autoridade sanitária, sendo apresentados em perfeitas condições de consumo e uso.~~

~~**§2º.** Os alimentos perecíveis devem ser transportados, armazenados^ depositados e expostos à venda, sob condição de temperatura, umidade, v ventilação e luminosidade, que os protejam de deteriorações e contaminações.~~

~~**Art. 20.** Os produtos considerados impróprios para o consumo humano poderão ser destinados à alimentação animal, mediante laudo técnico de inspeção, ou à industrialização para outros fins que não de consumo humano.~~

~~**Art. 21.** O destino final de qualquer produto considerado impróprio para o consumo humano será obrigatoriamente fiscalizado pela autoridade sanitária.~~

~~**Art. 22.** A inutilização do alimento não será efetuada quando através de análise de laboratório oficial, ou credenciando, ou ainda, de expedição de laudo técnico de inspeção, ficar constatado não ser o mesmo impróprio para o consumo imediato.~~

~~**§1º.** Fica o Órgão Fiscalizador, após o laudo de boa qualidade, obrigado a devolver ao proprietário o produto apreendido com o devido certificado para uso.~~

~~**§2º.** O mesmo procedimento será aplicado aos produtos e subprodutos de animais abatidos e aos demais gêneros alimentícios, quando oriundos de estabelecimentos não licenciados ou cuja procedência não possa ser comprovada.~~

~~**Art. 23.** A critério da autoridade sanitária, poderá ser impedida a venda ambulante e em feiras de produtos alimentícios que não puderem ser objeto desse tipo de comércio.~~

CAPÍTULO II

ESTABELECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E CONGÊNERES

~~**Art. 24.** Os estabelecimentos onde se fabriquem, produzam, preparem, beneficiem, acondicionem ou vendam alimentos, ficam sujeitos à regulamentação e normas técnicas expedidas pelo Executivo Municipal, e, só poderão funcionar mediante expedição de alvará sanitário de autorização.~~

~~**§1º.** O Alvará previsto neste artigo, renovável anualmente será concedido após fiscalização e inspeção e deverá ser conservado em lugar visível.~~

~~**§2º.** Nos estabelecimentos deste artigo fica instituído o uso obrigatório da caderneta de inspeção Sanitária, que deverá ser guardada no estabelecimento, com a finalidade de registrar as ocorrências e recomendações das visitas dos Fiscais de Saúde. Conforme modelo oficial da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, estabelecido em regulamento.~~

~~**Art. 25.** É obrigatório a fixação de um cartaz em local visível, contendo informações à respeito do local onde o público deve dirigir em caso de reclamações, conforme modelo definido em regulamento.~~

~~**Art. 26.** Os estabelecimentos citados no artigo 24 serão classificados de acordo com o seu grau de preenchimentos dos critérios estabelecidos em regulamento.~~

~~**Art. 27.** Os estabelecimentos de industrialização e comercialização devem estar instalados e equipados para os fins a que se destinam, quer em unidades físicas, quer em maquinaria e utensílios diversos, em razão da capacidade de produção com que se propõe operar.~~

~~**§1º.** É proibido elaborar, extrair, fabricar, manipular, armazenar, fracionar, vender ou servir alimentos em instalações inadequadas à finalidade e que possam determinar a perda ou impropriedade dos produtos para o consumo, assim como prejuízos à saúde.~~

~~**§2º.** Todas as máquinas, aparelhos e demais instalações destes estabelecimentos, deverão ser mantidos em perfeitas condições de higiene e funcionamento.~~

TÍTULO V

INSETOS, ROEDORES E OUTROS ANIMAIS

~~**Art. 28.** Não será permitida a criação ou conservação de animais, notadamente suínos, que pela sua natureza ou quantidade sejam causas de insalubridade e/ou incomodidade estes na Sede do Município e Sede dos Distritos.~~

~~**Parágrafo único.** Os proprietários de animais domésticos ou domesticado serão obrigados a cumprir as medidas sanitárias e de segurará determinadas para cada caso pela autoridade Sanitária.~~

~~**Art. 29.** A Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, respeitadas as competências dos órgãos estaduais e federais congêneres, determinará as medidas necessárias para proteger a população contra os insetos, roedores e outros animais que possam ser considerados agentes diretos ou indiretos na propagação de enfermidades ou interferir no bem-estar da comunidade.~~

TÍTULO VI

HIGIENE DO TRABALHO

~~**Art. 30.** A Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento colaborará com o órgão federal específico no controle das condições de higiene e segurança do trabalho, podendo atuar supletivamente.~~

~~**Parágrafo único.** Respeitada a orientação normativa federal a regulamentação desta Lei determinará as condições e requisitos para funcionamento dos locais de trabalho, fixando medidas gerais e especiais de proteção ao trabalhador.~~

TÍTULO VII

DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS

~~**Art. 31.** A Secretaria Municipal de Saúde Saneamento executará ou coordenará medidas visando à prevenção das doenças transmissíveis e ao impedimento de sua disseminação.~~

~~**Parágrafo único.** O regulamento desta Lei disporá sobre os meios de que poderá lançar mão a Secretaria Municipal de saúde e Saneamento para o cumprimento deste artigo.~~

PARTE III

PROMOÇÃO DA SAÚDE

~~**Art. 32.** Para efeito desta Lei as atividades relacionadas ou necessárias à promoção da saúde compreenderão basicamente:~~

- ~~a) higiene materna e da criança;~~

~~b— higiene dentária;~~

~~c— nutrição;~~

~~d— higiene mental e educação sanitária~~

~~**Parágrafo único.** A Secretaria Municipal de Saúde e saneamento regulará as normas referentes as ações de promoção da saúde.~~

~~**TÍTULO I**~~

~~**HIGIENE MATERNA E DA CRIANÇA**~~

~~**Art. 33.** A Prefeitura Municipal de Alegre promoverá de modo sistemático e permanente, através da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, a assistência médico-sanitária de mães e crianças, de acordo com os recursos disponíveis e as técnicas indicadas, nos termos da regulamentação desta Lei.~~

~~**Parágrafo único.** A Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento compete estimular o desenvolvimento das atividades necessárias ao cumprimento deste artigo, fixando, quando necessário, as prioridades indicadas.~~

~~**TÍTULO II**~~

~~**HIGIENE DENTÁRIA**~~

~~**Art. 34.** É obrigatório a fluoração das águas destinadas aos sistemas de abastecimento da população em todo o Município de Alegre.~~

~~**Art. 35.** A Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento promoverá assistência dentária à população, de acordo com os recursos disponíveis e prioridades que forem fixadas.~~

~~**§1º.** A assistência dentária terá caráter eminentemente preventivo.~~

~~**§2º.** Os programas de assistência dentária de órgãos ou entidades públicas ou privadas no Município de Alegre obedecerão às normas baixadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.~~

~~**TÍTULO III**~~

~~**EDUCAÇÃO SANITÁRIA**~~

~~**Art. 36.** A Prefeitura Municipal de Alegre, através e sob supervisão da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, desenvolverá programa de educação sanitária de modo a criar ou modificar os hábitos e o comportamento do indivíduo em relação à saúde.~~

~~**TÍTULO IV**~~

~~**HIGIENE MENTAL**~~

~~**Art. 37.** A política da Prefeitura Municipal de Alegre, com referência à higiene mental será orientada pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, em perfeita concordância com as normas federais.~~

PARTE IV

RECUPERAÇÃO DA SAÚDE

TÍTULO I

HOSPITAIS E SIMILARES

Art. 38. A Prefeitura Municipal de Alegre, de acordo com os meios que dispuser, através da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, prestará gratuitamente assistência médica, hospitalar, farmacêutica e dentária, de acordo com os recursos disponíveis, a todos quantos comprovarem insuficiência de recursos.

Art. 39. Os hospitais, clínicas, prontos socorros e similares, ficam sujeitos às normas contidas neste Código e em seu regulamento.

TÍTULO II

FARMÁCIAS, DROGARIAS E SIMILARES

Art. 40. As farmácias, drogarias, depósitos de medicamentos e estabelecimentos congêneres ficarão sujeitos à fiscalização periódica da Vigilância Sanitária.

Parágrafo único. O regulamento desta Lei estabelecerá as normas e condições para que os estabelecimentos previstos neste artigo possam funcionar no Município de Alegre.

Art. 41. Fica instituído o horário especial de funcionamento dos estabelecimentos previstos no artigo anterior, bem como o plantão noturno, de feriados e finais de semana, nos termos do regulamento.

Parágrafo único. Só poderão funcionar no Município os estabelecimentos que observarem a escala de plantão, bem como o horário especial de funcionamento, nos termos do regulamento.

PARTE V

AÇÕES COMPLEMENTARES

TÍTULO I

ESTATÍSTICA VITAL E SANITÁRIA

Art. 42. À Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento compete, respeitar a ação de outros órgãos ou entidades oficiais especializados, a coleta, classificação, tubulação, interpretação, análise e publicação de dados bio-estatísticos sobre a população, natalidade, morbidade, mortalidade e de toda informação que possa orientar as ações de promoção, proteção e recuperação da saúde.

Parágrafo Único. Compete, igualmente, à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, efetuar as análises estatísticas dos trabalhos de saúde pública, com a finalidade de avaliar as atividades que vem cumprindo ou planejar as que pretende desenvolver.

TÍTULO II

PREPARAÇÃO DO PESSOAL TÉCNICO

Art. 43. A Prefeitura Municipal de Alegre, sob a orientação técnica da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, é competente para preparar pessoal de saúde necessária ao desenvolvimento de suas atividades.

~~**Parágrafo único.** A Prefeitura Municipal de Alegre poderá exigir a apresentação de diploma ou certificado de conclusão de cursos de pós-graduação para os ocupantes de cargos ou funções dos serviços de saúde, para cujo exercício sejam necessários conhecimentos técnicos especializados.~~

PARTE VI

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

~~**Art. 44.** Ficam sujeitos ao alvará sanitário de autorização, à regulamentação e às normas técnicas especiais todos os estabelecimentos que, pela natureza das atividades desenvolvidas, possam comprometer a proteção e a preservação da saúde pública, individual e coletiva.~~

~~**Art. 45.** A autoridade fiscalizadora competente no âmbito de suas atribuições terá livre acesso a todos os lugares a qualquer dia e hora, onde houver necessidade de exercer a ação que lhe é atribuída, no Município.~~

~~**Art. 46.** A regulamentação desta Lei estabelecerá as normas a que se deverá obedecer, e a imposição de sanções administrativas e penais, relativas às informações e seus dispositivos.~~

~~**Art. 47.** As taxas e multas que a regulamentação desta Lei vier a estabelecer serão fixados com base na "Unidade Fiscal de Referência - UFIR" ou outro índice oficial que vier substituí-lo.~~

~~**Art. 48.** A Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento executará diretamente ou promoverá, de acordo com outras autoridades, programa de controle de acidentes pessoais e automobilísticos.~~

~~**Art. 49.** A Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento promoverá estudos e pesquisas para esclarecimento dos problemas de interesse sanitário do Município e estimulará a iniciativa pública ou privada nesse sentido.~~

~~**Art. 50.** A Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, sem prejuízo de outras atribuições a si conferidas:~~

- ~~I — Estabelecerá a orientação básica para assistência médica e integração à sociedade das pessoas portadoras de deficiências;~~
- ~~II — Incentivará a criação de instruções de combate ao alcoolismo e outras toxicômanas e que tenham por finalidade a sua prevenção e recuperação da saúde ou reintegração do indivíduo na sociedade.~~
- ~~III — Será competente para reconhecer e solucionar todas as questões relativas à saúde pública no município, ainda que não previstas nesta Lei, respeitadas as competência dos órgãos estaduais e federais específicos.~~

~~**Art. 51.** O Poder Executivo fica autorizado a expedir os demais atos necessários à regulamentação da presente Lei.~~

~~**Art. 52.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.~~

Art. 53. ~~Revogam-se as disposições em contrário.~~

Alegre (ES), 30 de junho de 1997.

GILVAN DUTRA MACHADO
Prefeito Municipal